



PORTARIA Nº 2307 / 2018

Aprova o Plano Anual das Atividades de Auditoria para o exercício 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 12.483, de 3 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO a Resolução nº 171, de 01 de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao CNJ;

CONSIDERANDO a Resolução nº 86, de 08 de setembro de 2009, que dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) para o quadriênio de 2018-2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual das Atividades de Auditoria para o exercício 2019, nos termos apresentados no processo administrativo nº 8519872-33.2018.8.06.0000.

Art. 2º Revogar as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, aos 29 dias do mês de novembro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

PLANO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA EXERCÍCIO 2019

Outubro/2018

**Auditoria Administrativa de Controle Interno****Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019**

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

EQUIPE

Quadro 1 – Equipe da Auditoria Administrativa de Controle Interno (posição outubro/2018)		
Ordem	Gestão/Coordenação	Cargo/Função
1	Leonel Gois Lima Oliveira	Auditor Chefe
2	Lídia Maria Mendes dos Santos	Auditora
3	Carlos André Melo Pontes	Auditor
Equipe Técnica		Cargo/Função
4	Cinara Castelo Branco de Castro	Técnico Judiciário
5	Francisco Vieira de Castro	Técnico Judiciário
6	Gerson Ricardo Porto Farias	Analista Judiciário
7	Juliana Alencar Alves	Analista Judiciário
8	Karla Caldas Borges	Analista Judiciário
9	Nicole de Albuquerque Vasconcelos Soares	Analista Judiciário
10	Soraya Saraiva Sampaio	Auxiliar Judiciário
Apoio Administrativo		
11	Nelson Rubens de Castro Sampaio	Terceirizado
12	Amon Elpídio da Silva	Estagiário
13	Andrea Lucas Walraven	Estagiária

**Auditoria Administrativa de Controle Interno****Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019****SUMÁRIO**

1. Apresentação.....	4
2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno.....	5
2.1. Amparo Legal e Normativo.....	5
2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores.....	5
2.3. Capacidade Operacional e de Gestão.....	5
3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2019.....	7
3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria.....	7
3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias.....	7
3.3. Principais Atividades de Verificação.....	8
4. Política de Atuação e Metodologia.....	10
4.1. Planejamento.....	10
4.2. Matriz de Risco.....	11
4.3. Alocação da Força de Trabalho.....	11
4.4. Atividades Planejadas.....	14
5. Outras Considerações.....	16
6. ANEXOS (I – II – III, IV, V e VI).....	17



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

1. Apresentação

1. O **Controle** é um processo estruturado que visa a mitigar riscos na execução dos fluxos dos processos, dos procedimentos e na tomada de decisões, objetivando garantir que as atividades se concretizem com razoável segurança e em estrita conformidade com as leis, normas e regulamentos.
2. Por sua vez, por fidelidade a essas diretrizes, a Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) busca, em suas atividades, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e o combate ao desperdício.
3. Com esses propósitos, a Auditoria Administrativa de Controle Interno apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria para o ano de 2019, tendo como premissas básicas as suas atribuições legais, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
4. O planejamento das atividades compreende as ações que definirão a amplitude, o escopo e a profundidade das auditorias a serem realizadas, com vistas ao cumprimento da missão institucional desta unidade de Auditoria Interna e o apoio aos gestores do TJCE para uma administração orientada para a aderência às normas e para resultados.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno

2.1. Amparo Legal e Normativo

5. A necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno no âmbito dos três Poderes está definida nos artigos 70 e 74 da Carta Magna de 1988, nos artigos 68 e 190-A da Constituição do Estado do Ceará e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, a Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, prevê, no artigo 10, as finalidades e as competências da Auditoria Administrativa de Controle Interno no âmbito do Poder Judiciário do Ceará.

6. O CNJ, por meio das Resoluções Nº 86, de 8 de setembro de 2009, e Nº 171, de 1º de março de 2013, prescreve sobre a organização e o funcionamento das unidades de controle interno nos Tribunais do Poder Judiciário, enfatizando propósitos, diretrizes, princípios, conceitos e as normas técnicas necessárias à sua integração.

2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores

7. A Auditoria Administrativa de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como **missão** “Contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controles internos”. Por seu turno, a **visão de futuro** é a de “ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário”.

8. As atividades a serem desenvolvidas submeter-se-ão rigorosamente aos princípios da boa gestão pública e serão pautadas nos **valores** inarredáveis da ética, da transparência, do comprometimento, da responsabilidade, do respeito e do espírito de equipe, sempre na busca da excelência em seus trabalhos.

2.3. Capacidade Operacional e de Gestão

9. Para cumprir a sua missão e contribuir para uma gestão de padrões de qualidade e segurança exigidos nas áreas administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, faz-se necessário contar com estrutura adequada de recursos humanos e materiais, insumos indispensáveis ao regular desempenho dos papéis de fiscalização, de assessoramento e de orientação às unidades.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

10. Subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, a estrutura organizacional da unidade conta com três cargos comissionados: um de Auditor Chefe – DAE1 e dois de Auditor – DAJ1.
11. O quadro atual de servidores da Auditoria Administrativa de Controle Interno encontra-se constituído por cargos e funções, da seguinte forma:

Quadro 2 – Equipe da Auditoria Interna por Cargos e Funções (outubro/2018)	
Cargos/Funções	Quantidade
Auditor Chefe	1
Auditores	2
Técnicos	7
Apoio Administrativo	1
Estagiário	2
Total	13

2.4. Formas de Atuação

12. A Audin espera realizar auditorias nas seguintes modalidades:
- I – ordinariamente, de acordo com este Plano Anual de Atividades de Auditoria, a ser submetido à aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça;
 - II – por demandas expressas dos órgãos do TJCE, se deferidas pela Presidência;
 - III – por determinação do Auditor Chefe, quando a necessidade assim exigir, sob comunicação prévia à Presidência do TJCE;
 - IV – por determinação da Presidência do TJCE, que indicará os fins e a extensão dos trabalhos de auditoria a serem realizados;
 - V – por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com anuência prévia da Presidência do TJCE.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação - 2019

3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria

13. A Auditoria Administrativa de Controle Interno, alinhando suas atividades às determinações legais, às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e ao direcionamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará, embasou a realização do seu Plano de Ação para 2019 a partir dos objetivos e propósitos delineados, enfocando:

- a) os princípios constitucionais vinculados à gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;
- b) os princípios básicos que orientam a gestão das áreas administrativas do TJCE, como: participação, cooperação, parceria, transparência e racionalidade;
- c) o volume de recursos envolvidos, tendo como referência os valores orçamentários executados em 2018;
- d) ações preventivas para aprimoramento das práticas da boa gestão, que visem ao compromisso com a qualidade e a regularidade na aplicação dos recursos;
- e) a criação de mecanismos de modernização que objetivem conferir transparência e visibilidade aos atos administrativos.

3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias

14. A Auditoria Administrativa de Controle Interno deve avaliar, por meio de atividades de controle preventivo e corretivo, os atos de gestão, os processos e procedimentos operacionais e os controles internos administrativos, focando na melhoria da qualidade dos serviços prestados, na racionalidade dos gastos públicos e no combate ao desperdício.

15. Para tanto, são passíveis de abordagem as ações empreendidas pelos gestores das Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, responsáveis pela execução orçamentária dos recursos alocados para o exercício de 2018, na forma a seguir:



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

Quadro 3 – Execução Orçamentária – 2018 (R\$)			
Fonte	Destinação	Valor (R\$)	Total (R\$)
Tesouro	Custeio	72.220.171,03	833.386.123,71
	Pessoal	761.165.952,68	
Fermaju	Custeio	109.783.050,35	112.720.544,94
	Investimento	2.937.494,59	
Funseg	Custeio	20.280,00	9.329.295,99
	Investimento	9.309.015,99	
Fecdoj	Custeio	-	7.178.988,26
	Investimento	7.178.988,26	

Fonte: SIOF/SEPLAG (CE) – (consulta realizada em 17/10/2018).

3.3. Principais Atividades de Verificação

16. As principais atividades de verificação estão listadas a seguir:

a) Avaliação e Acompanhamento

- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade das informações contábeis, orçamentárias e patrimoniais;
- Avaliação dos controles internos.

b) Observância, Comprovação da Legalidade e Avaliação dos Resultados

- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, normas, leis, procedimentos e regulamentos, bem como sua efetiva utilização, compreendendo a gestão orçamentária e de pessoal;
- Eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos, dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos, englobando a gestão financeira e patrimonial.

c) Apoio ao Controle Externo

- Tratamento/comunicação e acompanhamento das ocorrências detectadas nos trabalhos de auditoria;
- Elaboração de relatório de acompanhamento da gestão fiscal;



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

- Elaboração de relatório de auditoria sobre a prestação de contas das unidades orçamentárias do Poder Judiciário;
- Certificação de prestação de contas dos órgãos do Poder Judiciário;
- Realização de diligências ou auditorias eventualmente requeridas.

d) Monitoramento e Acompanhamento de Auditoria

- Ações de monitoramento e acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas, por meio de coleta sistemática de informações para análise da implementação das determinações e recomendações consignadas nos relatórios de auditoria;
- Elaboração de relatórios de monitoramento sobre o cumprimento das recomendações e determinações indicadas nos relatórios de auditoria.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

4. Política de Atuação e Metodologia

17. As atividades de auditoria buscarão aferir a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, com abordagem dos principais aspectos de controle, elencados a seguir:

- a) diretrizes e metas;
- b) processos de licitação, dispensas e inexigibilidades;
- c) patrimônio;
- d) execução orçamentária, financeira e contábil;
- e) contratos e convênios (execução e acompanhamento);
- f) inspeções administrativas;
- g) fiscalizações;
- h) avaliação dos controles internos;
- i) demais aspectos operacionais e administrativos.

18. O controle é ferramenta indispensável em todos os processos e procedimentos de uma entidade corporativa. Por isto, e, devido à importância de que se reveste, esta Unidade de Auditoria buscará meios de continuar a disseminar a cultura de controle interno por meio de novas oportunidades de interação com os demais segmentos do Poder Judiciário.

19. A metodologia a ser adotada no Plano de Atividades segue a doutrina e as regras de auditoria aplicáveis ao Controle Interno do Setor Público e envolve as etapas descritas a seguir.

4.1. Planejamento

20. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício 2019 está embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos, sendo as atividades realizadas por meio de:

- a) Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

- b) Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis;
- c) Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação de resultados.

4.2. Matriz de Risco

21. A elaboração de uma matriz de risco é base para a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria e permite definir com razoável segurança que processos, controles internos e objetos devem ser verificados prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e sua importância relativa para os procedimentos de auditoria. Ela envolve três dimensões principais: **materialidade, complexidade e relevância**.

22. A *matriz de risco* contém a pontuação correspondente a cada objeto de forma ordenada, correspondente ao somatório da pontuação relativa, atribuída aos fatores de risco, decorrente da aplicação pela equipe de auditoria de pesos correspondentes a cada fator.

4.3. Alocação da Força de Trabalho

23. Foi reservado 12% do total de dias úteis do exercício para as ações de desenvolvimento e capacitação da equipe, cujo plano, previsto no Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, foi apresentado à Presidência desta Corte de Justiça por meio do ofício nº 38/2018, em 9 de outubro de 2019, contemplando as ações para promover capacitação da equipe gerencial e técnica, bem como maior incentivo ao processo de educação continuada, com o objetivo de consolidar equipe multidisciplinar habilitada para cumprir sua missão institucional. Acrescenta-se, também, o tempo de treinamento voltado para a implantação do Sistema de Auditoria – Sisaud, a ser usado nos trabalhos de auditoria a partir de 2019.

24. Foi alocado 8% do total de dias úteis do exercício para as ações de monitoramento das atividades de auditoria. O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático das providências adotadas pela unidade auditada das recomendações/determinações inseridas nos relatórios de auditoria quanto à sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

25. A distribuição da força de trabalho por atividades objetiva otimizar o esforço que será despendido nas atividades de gestão e execução com alocação dos dias úteis estimados, conforme se demonstra no quadro adiante.

Quadro 4 – Dias alocados por equipe – 2019		
Equipe	%	Nº de Dias
Equipe Gestora	100%	460
Gestão e Acompanhamento	85%	391
Planejamento Anual/Longo Prazo	10%	46
Demandas Externas	5%	23
Equipe Técnica	100%	963
Auditorias Programadas	85%	819
Auditorias Especiais	15%	144
Total		1.423

26. Entre as ações de gestão e acompanhamento, há aquelas voltadas à disseminação de conhecimentos de atividades de controles internos, à conscientização para a necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho, ao aperfeiçoamento das práticas de gestão e à redução dos níveis de exposição a riscos operacionais.

27. Nos trabalhos de auditorias programadas tratados neste plano estão englobadas as seguintes modalidades de atuação:

- **Auditoria Operacional:** acompanhamento e avaliação das ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, além dos contratos, com a finalidade de certificar a efetividade e oportunidade dos controles internos;
- **Auditoria de Gestão:** certificar a regularidade das contas, verificando a execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes, governança de TI, riscos, resultados, bem como a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- **Auditoria Contábil:** certificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas;



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

- **Auditoria Sistemática:** engloba as atividades pertinentes à Execução Orçamentária, à Gestão Fiscal, ao Suprimento de Fundos e à Prestação de Contas;
- **Auditoria Especial:** exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente;
- **Ação Coordenada de Auditoria:** atividades executadas em atendimento ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, objetivando a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário.

28. A força de trabalho a ser alocada está distribuída conforme Quadros 5 e 6:

Quadro 5: Dias alocados por atividade – 2019		
Atividades	Nº Dias	% por atividade
Gestão e Acompanhamento	391	27%
Auditorias Programadas	819	58%
Auditorias Especiais	144	10%
Planejamento Anual	46	3%
Demandas Externas	23	2%
Total	1.423	100%

Quadro 6 – Dias alocados por modalidade – 2019		
Modalidade	%	Nº Dias
Operacional – Processos/Controles internos	34%	315
Operacional – Contratos	12%	120
Operacional – Tecnologia da Informação	12%	120
Operacional – Serviços de Engenharia	14%	135
Especial	15%	144
Sistemática	10%	99
Outras atividades	3%	30
Total	100%	963



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

29. A quantidade de dias para execução de cada trabalho de auditoria foi estimada para atingir o maior quantitativo do universo a ser auditado, de forma a reduzir o prazo do ciclo de auditoria.

30. Os objetos dos trabalhos de auditoria foram segmentados nas categorias de grande, médio e pequeno porte, sendo atribuídos prazos de até 60 (sessenta), até 45 (quarenta e cinco) e até 30 (trinta) dias úteis, respectivamente.

4.4. Atividades Planejadas

31. O ANEXO I (Matriz de Risco – Processos) informa os processos operacionais e a avaliação dos controles internos administrativos que serão auditados, conforme a força de trabalho;

32. O ANEXO II (Matriz de Risco – Contratos) informa os contratos de valor superior a R\$ 250 mil, objeto das atividades de observância, comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, conforme força de trabalho calculada.

33. O ANEXO III (Matriz de Risco – Tecnologia da Informação) mostra as atividades/sistemas da área de Tecnologia da Informação que serão objeto de auditoria.

34. No ANEXO IV (Matriz de Risco – Serviços de Engenharia) constam as auditorias previstas na área de serviços de engenharia e obras (construções e reformas).

35. O ANEXO V (Atividades Sistemáticas) mostra as atividades de avaliação e acompanhamento relativas a suprimento de fundos, execução orçamentária, gestão fiscal e prestação de contas anual.

36. No ANEXO VI consta a descrição dos fatores de risco utilizados para elaboração da Matriz de Risco.

37. Para o exercício de 2019, foram selecionados os objetos relacionados a seguir:

Processos Operacionais

- Ação coordenada CNJ – Áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;
- Ação coordenada CNJ – Gestão documental;
- Prestação de contas anual – TCE/CE;
- Processos Licitatórios;
- Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- Recursos diretamente arrecadados - Fonte 70.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

Contratos

- Banco do Brasil S.A. (CT-014/2015);
- Coelce – Companhia Energética do Ceará (CT-681/2017);
- Lampit Solutions Tecnologia Ltda (CT-022/2017).

Tecnologia da Informação

- Sistema de Peritos;
- Sistema de Patrimônio.

Serviços de Engenharia

- Construção do novo Fórum da Comarca de Russas (CT-045/2017);
- Construção do novo Fórum da Comarca de Itapajé (CT-038/2017);
- Reformas parciais de 02 (duas) Residências Oficiais de Juízes destinadas ao funcionamento do Fórum da Comarca de Santa Quitéria (CT-007/2017).

Atividades Sistemáticas

I) Suprimento de Fundos:

- a) avaliar a consistência e confiabilidade dos procedimentos;
- b) examinar a observância das políticas, normas e procedimentos definidos;
- c) emitir relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos.

II) Execução Orçamentária:

- a) avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidos;
- b) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- c) examinar a inscrição e pagamento de Restos a Pagar;
- d) acompanhar as alterações orçamentárias;
- e) emitir relatório sobre a execução orçamentária.

III) Gestão Fiscal:

- a) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;
- b) acompanhar o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) monitorar o cumprimento dos prazos de apresentação e publicação.

IV) Outras atividades:

- a) emissão de Parecer (Resolução CNJ 114/2010);
- b) outras atividades inerentes aos trabalhos de auditoria.



Auditoria Administrativa de Controle Interno

Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2019

5. Outras Considerações

38. Ressalte-se que os procedimentos relacionados aos convênios e unidades vinculadas serão examinados no contexto dos processos operacionais, com o objetivo de melhor aproveitar a força de trabalho, destacando que, no contexto deste Plano, as unidades judiciárias e extrajudiciárias vinculam-se ao Fermoju.

39. Nas matrizes de risco relativas a processos operacionais, encontra-se contemplada a avaliação dos controles internos administrativos das unidades pertinentes.

40. Por se tratar de estimativa, o plano anual de atividades poderá sofrer alterações no decorrer do exercício, visando a adequar a programação às demandas e à realidade da Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno.

41. A Matriz de Contratos poderá sofrer atualizações sistemáticas ao longo do exercício, para otimização dos resultados de auditoria, bem como poderá ocorrer a substituição de contrato concluído, respeitada a sequência da Matriz de Riscos.

42. Por fim, considerando-se as peculiaridades do primeiro semestre, com referência à concentração de férias e os esforços para fechamento das atividades do exercício anterior, estima-se realizar, até o dia trinta de junho, o percentual de 40% das auditorias programadas na modalidade de Auditoria Operacional.

Fortaleza, 24 de outubro de 2018.

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor Chefe

Carlos André Melo Pontes
Auditor

Lídia Maria Mendes dos Santos
Auditora

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO I - MATRIZ DE RISCO Processos																	
Fatores de Risco	Pontuação					Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados									
	Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno												
									5	4	3	2	1				
Universo						VALORES EMPENHADOS-2018 (R\$)					TOTAL	Valor Descritivo					
TJ	FERMOJU	FUNSEG	FECDOJ														
Ação coordenada CNJ – Áreas Contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	833.386.123,71	112.720.544,94	9.329.295,99	7.178.988,26			962.614.952,90	4	3	4	2	3	51	85	60	60	
Ação coordenada CNJ – Gestão documental		1.064.658,48					1.064.658,48	4	3	4	2	3	51	85	60	120	
Prestação de contas anual – TCE/CE	833.386.123,71	112.720.544,94	9.329.295,99	7.178.988,26			962.614.952,90	2	4	4	4	4	50	83	60	180	
Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal)	620.293.328,57						620.293.328,57	2	4	4	4	4	50	83	60	240	
Processos Licitatórios		37.611.428,70					37.611.428,70	4	3	2	3	45	89	148	30	270	
Recursos diretamente arrecadados - Fonte 70		90.044.829,19	9.329.295,99	7.178.988,26			106.553.113,44	1	4	4	4	3	44	73	45	315	
Despesa Exercício Anterior – DEA – Pessoal	6.641.157,40						6.641.157,40	4	2	4	1	2	44	73	45	360	
Indenizações/restituições	18.893.642,26	2.153.226,80		6.296.818,44			27.343.687,50	4	1	4	2	3	43	72	45	405	
Equipamentos e Material Permanente	10.424.019,37	1.475.589,34	2.100.970,88				14.000.579,59	4	1	4	2	2	42	70	30	435	
Compensação aos Registradores Cíveis		16.925.295,63					16.925.295,63	3	2	4	2	3	42	70	30	465	
Ressarcimento de Despesas com pessoal requisitado	1.407.670,37						1.407.670,37	3	3	1	4	3	41	68	45	510	
Auxílio Alimentação - RPPS	34.997.168,02						34.997.168,02	4	1	4	1	2	40	67	30	540	
Patrimônio Imóveis		6.378.985,41					6.378.985,41	4	1	3	2	2	39	65	30	570	
Locação de mão de obra	2.200.318,19	22.849.373,97					25.049.692,16	3	2	4	1	2	39	65	30	600	
FERMOJU - Recursos Arrecadados da Venda de Selos		22.420.139,82					22.420.139,82	2	2	4	3	3	39	65	45	645	
Locação de veículos		2.603.656,99					2.603.656,99	4	2	2	1	2	38	63	30	675	
Contribuição ao FUNAPREV	118.426.450,26						118.426.450,26	3	1	4	2	2	37	62	45	720	
Obrigações Patronais (INSS)	6.001.671,37						6.001.671,37	3	1	4	1	2	35	58	45	765	
Estagiários/monitores	5.661.754,39						5.661.754,39	3	1	4	1	2	35	58	30	795	
Serviços de telecomunicações		933.588,51					933.588,51	4	1	1	2	3	34	57	45	840	
Pensões exclusive de RGPS	2.812.822,86						2.812.822,86	4	1	2	1	2	34	57	60	900	
Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio	1.343.428,57	21.685.775,80	4.821,96	882.169,82			23.916.196,15	1	2	4	3	2	33	55	45	945	
Serviços de Comunicação em geral		3.355.758,33					3.355.758,33	3	2	2	1	2	33	55	30	975	
Gestão da Esmec		353.414,16					353.414,16	3	2	1	2	3	33	55	30	1005	
Água		967.585,07					967.585,07	4	1	1	1	2	31	52	30	1035	
Vale-Transporte		91.752,80					91.752,80	4	1	1	1	2	31	52	30	1065	
Energia elétrica		5.206.617,43					5.206.617,43	1	2	4	1	2	29	48	30	1095	
Gerenciamento de Frota de Veículos		1.037.761,90					1.037.761,90	2	2	1	2	3	28	47	30	1125	
Passagens aéreas e diárias (civil/militar)	3.257.906,97	312.396,35					3.570.303,32	1	2	2	2	3	26	43	45	1170	
Material de Consumo	61.047,30	2.284.394,83	458.941,06				2.804.383,19	1	2	2	2	2	25	42	45	1215	

ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno												
ANEXO II - MATRIZ DE RISCO Contratos												
Contrato	Credor	Descrição	Total Contrato (R\$)	Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				Valor Descritivo								
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
				5	4	3	2	1				
CT-014/2015	BANCO DO BRASIL S/A		21.000.000,00 Serviço	4	4	3	3	0	51	85	45	45
CT-681/2017	COELCE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA		10.336.624,00 Serviço	4	3	3	4	0	49	82	30	75
CT-022/2017	LAMPIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA		4.489.390,00 Serviço	3	3	4	4	0	47	78	45	120
CT-036/2018	TORINO INFORMÁTICA LTDA.		4.987.500,00 Aquisição	3	3	4	4	0	47	78	30	150
CT-021/2016	SOFTPLAN - PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.		40.253.342,22 Serviço	4	3	3	2	2	47	78	60	210
CT-020/2017	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.		7.088.359,64 Serviço	4	2	3	4	2	47	78	30	240
CT-004/2015	LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S/A.		33.643.793,07 Serviço	4	3	3	3	0	47	78	45	285
CT-37/2014	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.		7.833.283,25 Serviço	4	3	3	1	4	47	78	30	315
CT-006/2015	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.		2.758.779,23 Serviço	2	4	3	4	4	47	78	30	345
CT-005/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA		2.829.197,76 Serviço	2	4	3	4	4	47	78	30	375
CT-029/2013	EGEL - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.		5.294.999,84 Serviço	4	2	1	4	7	46	77	30	405
CT-004/2017	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA		9.086.629,68 Serviço	4	3	3	1	3	46	77	30	435
CT-024/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA		839.370,24 Serviço	1	4	4	4	5	46	77	30	465
CT-053/2018	SEPOL COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.		6.678.666,20 Serviço	4	3	2	4	0	46	77	30	495
CT-010/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA		5.727.837,36 Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	525
CT-048/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA		3.154.079,80 Serviço	2	3	3	4	6	45	75	30	555
CT-010/2016	OIMÓVEL S/A.		6.712.428,24 Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	585
CT-033/2013	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA		5.321.006,77 Serviço	4	1	1	4	10	45	75	30	615
CT-056/2013	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - EPP		5.234.454,39 Serviço	4	1	1	4	10	45	75	30	645
CT-013/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA		29.349.880,43 Serviço	4	2	2	2	7	45	75	30	675
CT-026/2016	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO - APADA		5.145.241,49 Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	705
CT-042/2013	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA		13.152.488,50 Serviço	4	2	3	4	0	45	75	30	735
CT-006/2016	CONDOR TURISMO EIRELI EPP		1.488.000,00 Aquisição	1	4	4	4	3	44	73	30	765
CT-033/2018	USIBANK SOLUÇÕES AMBIENTAIS E UNIDADE DE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS TERMICOS E SOLIDOS LTDA-ME		2.541.032,40 Serviço	2	3	4	4	1	43	72	30	795
CT-007/2015	CTIS TECNOLOGIA S.A		11.416.934,54 Serviço	4	2	2	1	5	41	68	30	825
CT-028/2017	CTIS TECNOLOGIA S.A		1.469.994,24 Serviço	1	4	3	4	2	40	67	30	855
CT-034/2016	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A		3.258.701,32 Aquisição	2	3	3	4	0	39	65	30	885



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno												
ANEXO II - MATRIZ DE RISCO Contratos												
Contrato	Credor	Descrição	Total Contrato (R\$)	Pontuação								
				Fatores de Risco					Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados	
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos				
				5	4	3	2	1	Valor Descritivo			
CT-042/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	Serviço	60.693.736,67	4	1	1	2	7	38	63	30	915
CT-018/2014	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	Aquisição	4.996.560,00	3	2	3	3	0	38	63	30	945
CT-032/2018	R M SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. ME	Serviço	1.264.605,91	1	3	3	4	1	35	58	30	975
CT-008/2016	PRIMARE ENGENHARIA LTDA	Serviço	2.078.793,21	1	2	3	4	4	34	57	30	1005
CT-021/2017	LOCALIZA RENT A CAR S/A	Serviço	1.379.945,64	1	2	3	4	4	34	57	30	1035
CT-040/2018	JUDAH SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.	Serviço	946.437,45	1	3	3	4	0	34	57	30	1065
CT-041/2018	PODIUM COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	Serviço	666.476,62	1	3	3	4	0	34	57	30	1095
CT-042/2018	PODIUM COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	Serviço	667.834,10	1	3	3	4	0	34	57	30	1125
CT-043/2018	EPP ARCANJO CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP	Serviço	874.888,20	1	3	3	4	0	34	57	30	1155
CT-041/2017	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL	Serviço	759.930,00	1	3	3	4	0	34	57	30	1185
CT-005/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.	Serviço	1.522.814,12	1	2	3	2	6	32	53	30	1215
CT-016/2017	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	Serviço	2.280.000,00	1	2	3	4	1	31	52	30	1245
CT-023/2016	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	Serviço	886.200,00	1	2	3	4	1	31	52	30	1275
CT-023/2018	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA-ME.	Aquisição	1.552.500,00	1	3	2	4	0	31	52	30	1305
CT-042/2017	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	Aquisição	302.388,42	1	3	2	4	0	31	52	30	1335
CT-048/2017	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA-ME.	Aquisição	517.500,00	1	3	2	4	0	31	52	30	1365
CT-025/2013	STUDIO F3 LTDA ME	Serviço	550.199,60	1	2	2	4	4	31	52	30	1395
CT-011/2015	ACECO TI LTDA	Serviço	1.189.312,26	1	2	2	4	3	30	50	30	1425
CT-026/2018	NÚCLEO INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Serviço	738.931,09	1	2	3	4	0	30	50	30	1455
CT-016/2018	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	Serviço	734.400,00	1	2	3	4	0	30	50	30	1485
CT-009/2016	MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Serviço	763.796,88	1	2	2	4	2	29	48	30	1515
CT-011/2016	IBM BRASIL - MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.	Serviço	533.112,96	1	2	2	4	2	29	48	30	1545
CT-031/2017	POSITIVO INFORMÁTICA S/A.	Aquisição	2.241.120,00	1	2	2	4	2	29	48	30	1575
CT-003/2018	TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP	Serviço	459.928,12	1	2	2	4	2	29	48	30	1605
CT-058/2012	R. A. DE OLIVEIRA BARROS - ME	Serviço	1.106.081,70	1	1	2	4	5	28	47	30	1635
CT-005/2017	EMPRESA TRANSPORTE RODOVIARIO URUBURETAMA	Serviço	932.819,29	1	2	2	4	0	27	45	30	1665
CT-008/2015	ÍCONE ELEVADORES LTDA IEPP	Serviço	970.275,55	1	1	2	4	4	27	45	30	1695
CT-035/2018	US IMPORT LTDA.	Serviço	2.265.888,00	1	2	2	4	0	27	45	30	1725



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno																
ANEXO II - MATRIZ DE RISCO Contratos																
Contrato	Credor	Total Contrato (R\$)	Descrição	Fatores de Risco					Pontuação			Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados		
				Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos	Valor Descritivo							
										5	4				3	2
CT-044/2013	PRIMTEC ELETRICA LTDA	979.404,93	Serviço	1	1	2	4	4	27	45	30	1755				
CT-017/2018	TELTEC SOLUTIONS LTDA	1.993.419,60	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1785				
CT-022/2018	QUALES TECNOLOGIA COM. E SERV. DE INFORMATICA LTDA-ME	810.000,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1815				
CT-029/2017	INNEX TELECOM SOLUÇÕES EM NETWORK LTDA.-EPP	1.328.400,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1845				
CT-037/2018	TORINO INFORMATICA LTDA.	778.500,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1875				
CT-044/2018	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA - ETICE	1.814.874,24	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1905				
CT-039/2017	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE)	1.160.250,71	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1935				
CT-022/2016	RTA REDE DE TECNOLOGIA AVANÇADA LTDA	500.000,00	Serviço	1	2	1	4	2	26	43	30	1965				
CT-007/2016	TRANSÁGUA TRANSPORTE DE ÁGUA LTDA.	880.500,00	Serviço	1	1	2	4	2	25	42	30	1995				
CT-038/2014	TOTAL CLIPPING DE NOTÍCIAS LTDA-ME	279.397,87	Serviço	1	1	1	4	4	24	40	30	2025				
CT-009/2018	CAPITAL TÁXI AGÊNCIA DE VIAGENS E PASSEIOS LTDA IEPP	370.908,36	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2055				
CT-011/2018	HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA	1.111.166,70	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2085				
CT-015/2018	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA	328.699,75	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2115				
CT-018/2018	US IMPORT LTDA.	2.383.580,96	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2145				
CT-047/2018	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.	720.000,00	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2175				
CT-039/2018	GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	425.000,00	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2205				
CT-025/2018	STUDIO F3 LTDA ME	395.960,00	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2235				
CT-040/2017	FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA	1.245.000,00	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2265				
CT-031/2016	TELEMAR NORTE LESTE S/A .	877.205,40	Serviço	1	1	1	4	2	22	37	30	2295				
CT-013/2017	NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.	357.500,00	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2325				
CT-024/2016	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL SA	801.000,00	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2355				
CT-026/2015	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	365.597,67	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2385				



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO III - MATRIZ DE RISCO Tecnologia da Informação										
Fatores de Risco		Pontuação					Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados	
		Valor Descritivo								
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
Universo		SIGLA	5	4	3	2	1			
Sistema de Peritos		SIPER	4	3	1	2	1	40	67	60
Sistema de Patrimônio		SAJADM - SIP	4	3	1	2	1	40	67	60
Sistema de Compras e Licitações		SAJADM - SCL	4	2	1	2	1	36	60	60
Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado		SAJADM - ALX	4	2	1	2	1	36	60	240
Sistema de Biblioteca Digital		BDJUR	4	2	1	1	1	34	57	60
BPM Extension - Módulo de Relatórios de Gestão de Processos de Negócios		BPMEx	4	2	1	1	1	34	57	60
Controle da Central de Atendimento		Central/Atendimento	4	2	1	1	1	34	57	60
Coletor Estatístico Pai Presente		CEPP	4	2	1	1	1	34	57	60
Concurso de Remoção para Servidores Efetivos		CONCURSO REMOÇÃO	4	2	1	1	1	34	57	60
Ensino a Distância		EAD	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema que disponibiliza contracheque e demais informações para os servidores do Judiciário		ESPACOSERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de pré-cadastro das férias dos magistrados		Férias Magistrados	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de programação de férias dos servidores.		FERIAS SERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de controle de frequência em evento (Biometria)		FREOBIO	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Apoio à Aprendizagem.		Moodle	4	2	1	1	1	34	57	60
Portal de Envio de IRPF para Servidores		PEIS	4	2	1	1	1	34	57	60
Ponto Eletrônico do Interior		Ponto Eletrônico do Interior	4	2	1	1	1	34	57	60
Portal de Aplicações de Consultas do FERMOJU		PORTAL FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60
Ferramenta para Solicitar Conciliação de processos		Quero Conciliar	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Fachada para acesso aos dados de RH		RHFACADE	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Controle de Acessos aos sistemas do TJ		SAA	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Avaliação de Desempenho		SADIUS	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistemas de Controle de Processos Administrativos		SAJADM - CPA	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistemas de Gestão de Recursos Humanos		SAJADM - GRH	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema da Corregedoria (Portal do Extrajudicial)		SAJADM - PEX	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Custos e Orçamentação		SAJADM - SCO	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Segurança Integrada de Aplicações		SAJADM - SEG	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Gestão Financeira		SAJADM - SGF	4	2	1	1	1	34	57	60
Sistema de Gestão de Veículos		SAJADM - SGV	4	2	1	1	1	34	57	60



 ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO III - MATRIZ DE RISCO Tecnologia da Informação											Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	SIGLA														
						5	4	3	2	1									
Universo						Valor Descritivo													
Sistema de Pedidos						4	2	1	1	1	34	57	60	1800					
Sistema de Auditoria da Corregedoria						4	2	1	1	1	34	57	60	1860					
Sistema de Cadastro Geral de Vinculos						4	2	1	1	1	34	57	60	1920					
Sistema de Cálculo Judicial						4	2	1	1	1	34	57	60	1980					
Sistema de Conteúdo WEB						4	2	1	1	1	34	57	60	2040					
Sistema de Controle de Permissões e Acesso						4	2	1	1	1	34	57	60	2100					
Sistema de Controle de Permissões e Acesso						4	2	1	1	1	34	57	60	2160					
Sistema de Crachás						4	2	1	1	1	34	57	60	2220					
Sistema de Controle de Selos Extrajudiciais						4	2	1	1	1	34	57	60	2280					
Sistema de Controle de Selos Judiciais						4	2	1	1	1	34	57	60	2340					
Sistema de Serventias						4	2	1	1	1	34	57	60	2400					
Sistema de Gerenciamento da ESMEC						4	2	1	1	1	34	57	60	2460					
Sistema de Gerenciamento de Contratos e Convênios						4	2	1	1	1	34	57	60	2520					
Sistema de Gerenciamento de Resultados						4	2	1	1	1	34	57	60	2580					
Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais.						4	2	1	1	1	34	57	60	2640					
Sistema de Postagem dos Correios						4	2	1	1	1	34	57	60	2700					
Sistema de Gerenciamento de Notícias						4	2	1	1	1	34	57	60	2760					
Sistema de Ouvidoria Judicial para controle e acompanhamento das manifestações encaminhadas pela sociedade.						4	2	1	1	1	34	57	60	2820					
Sistema de Pagamento de Pessoal						4	2	1	1	1	34	57	60	2880					
Sistema Integrado de Recursos Humanos						4	2	1	1	1	34	57	60	2940					
Sistema de Auditoria						4	2	1	1	1	34	57	60	3000					
Sistema de Controle de Visitantes						4	2	1	1	1	34	57	60	3060					
Sistema de controle de processos						4	2	1	1	1	34	57	60	3120					
Sistema de Pagto de Subsídio - Registro Civil						4	2	1	1	1	34	57	60	3180					
Sistema de Arrecadação do FERMOJU						4	2	1	1	1	34	57	60	3240					



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO III - MATRIZ DE RISCO Tecnologia da Informação														
Fatores de Risco		Valor Descritivo					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados				
		Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno								
											5	4	3	2
Universo		SIGLA												
Sistema utilizado pelos Cartórios para cadastrar os atos praticados no período de 03/12/2001 a 05/12/2008.		SISGUIA ExtraJudicial Offline					4	2	1	1	34	57	60	3300
Sistema de Guias Extrajudiciais On-line		SISGUIAS Extrajudicial On-line					4	2	1	1	34	57	60	3360
Sistema de Histórico de Pagamento de Guias do FERMOJU		SISGUIAS FERMOJU					4	2	1	1	34	57	60	3420
Sistema de Guias Judiciais		SISGUIAS Judicial					4	2	1	1	34	57	60	3480
Sistema Unificado do Fermoju. Composto atualmente por Três módulos: Depósito Judicial, Portal Emissor de Guias e Arrecadação		SISUFERMOJU					4	2	1	1	34	57	60	3540
Sistema de Registro de Plantão Judiciário		SNAJ					4	2	1	1	34	57	60	3600
Sistema de Pesquisa Organizacional		SPES					4	2	1	1	34	57	60	3660
Sistema de Controle de Número de Ofícios		SPRES					4	2	1	1	34	57	60	3720
Sistema de orientação espacial por imagens que visa auxiliar o público da comarca de Fortaleza a localizar os unidades do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua		VaiPraOnde					4	2	1	1	34	57	60	3780
Sistema de Controle de Acesso com Catraca		VWACESSO					4	2	1	1	34	57	60	3840
Base de Julgados do Portal e-SAJ		Banco de Julgados					4	2	1	1	34	57	60	3900
Sistema de Consulta de Antecedentes Criminais Unificada		CANCUN					4	2	1	1	34	57	60	3960
Certidão Negativa Cível e Criminal		CNC					4	2	1	1	34	57	60	4020
Sistema de Consulta de Julgados		CONIUG					4	2	1	1	34	57	60	4080
Sistema de Consulta Processual Mobile (CPM)		CPM					4	2	1	1	34	57	60	4140
Diário da Justiça Eletrônico		DJE					4	2	1	1	34	57	60	4200
Sistema de Eficiência de Unidades Judiciárias e Magistrados		Eficiência.jus					4	2	1	1	34	57	60	4260
Painel que irá exibir informações gerenciais para a Secretaria Judiciária		Gestão à Vista					4	2	1	1	34	57	60	4320
Sistema para envio de documentos administrativos entre as unidades do TJCE e outros Órgãos.		MALOTE DIGITAL					4	2	1	1	34	57	60	4380
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos de Juizados Especiais, antigos.		MUMPS - JPC					4	2	1	1	34	57	60	4440
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos das Varas de Infância e Juventude, antigos.		MUMPS - SINJ					4	2	1	1	34	57	60	4500
Processo Judicial Eletrônico		PJE					4	2	1	1	34	57	60	4560
Disponibiliza painel estatístico da unidade - PJE.		PJE - Painel Estatística					4	2	1	1	34	57	60	4620
Sistema de suporte ao PJe, automatizando scripts de correção de erros.		PJe-SUPORTE					4	2	1	1	34	57	60	4680
Portal de Consultas e Serviços para usuários Externos dos sistemas SAJPG e SAJSG		Portal e-SAJ					4	2	1	1	34	57	60	4740



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO III - MATRIZ DE RISCO Tecnologia da Informação										Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
Universo		SIGLA	Valor Descritivo															
			Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno											
Processo Judicial Digital – Sistema para tramite digital de processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.			PROJUDI	4	2	1	1	1	34	57	60	4800						
Sistema de Recurso Especial Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça			Recurso Especial Eletrônico - STJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4860						
Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal			Recurso Extraordinário Eletrônico - STF	4	2	1	1	1	34	57	60	4920						
Registro de Audiências em Áudio e Vídeo			SAJPG – Gravação de Audiências	4	2	1	1	1	34	57	60	4980						
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios			SAPRE	4	2	1	1	1	34	57	60	5040						
Sistema de Buscas de Juizados Especiais			SBJE	4	2	1	1	1	34	57	60	5100						
Sistema de Conciliação			SCONC	4	2	1	1	1	34	57	60	5160						
Sistema de Certidão de Precatórios			SCP	4	2	1	1	1	34	57	60	5220						
Consulta Processual Unificada			SCPU	4	2	1	1	1	34	57	60	5280						
Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas			SEEU	4	2	1	1	1	34	57	60	5340						
Sistema de Gerenciamento de Estatísticas da Corregedoria			SSEC	4	2	1	1	1	34	57	60	5400						
Sistema de Agendamento de Videoconferência			SIMAV	4	2	1	1	1	34	57	60	5460						
Sistema de Mediação			SIME	4	2	1	1	1	34	57	60	5520						
Sistema de Certidão Criminal On-line da Comarca de Fortaleza. Fornece certidões criminais obtidas através do SPROC e SAJPG para Comarca de Fortaleza.			SISCERTIDÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	5580						
Sistema de emissão de certidão negativa para o segundo grau de jurisdição			SISCERTIDAO - 2º GRAU	4	2	1	1	1	34	57	60	5640						
Sistema do Núcleo de Gerenciamento de Processos			SISNUGEP	4	2	1	1	1	34	57	60	5700						
Sistema Processual de 2º e 1º grau das Comarcas do Interior			SPROC	4	2	1	1	1	34	57	60	5760						
Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas			CADARM	3	2	1	1	1	29	48	60	5820						
Sistema de Medição de Obras			SAJADM - SMO	3	2	1	1	1	29	48	60	5880						
Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores)			DESEMPENHO	2	2	1	1	1	24	40	60	5940						
Sistema de Promoções de Servidores			SPROMO	2	2	1	1	1	24	40	60	6000						
Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância			SAJ SG	2	2	1	1	1	24	40	60	6060						
Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância			SAJ PG	1	2	1	1	1	19	32	60	6120						



ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO IV - MATRIZ DE RISCO Serviços de Engenharia														
Fatores de Risco	Valor (R\$)					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados					
	Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno									
	5	4	3	2	1									
Universe						Valor Descritivo								
Construção do novo Fórum da Comarca de Russas, mediante o regime de empreitada por preço global. (CT-045/2017)						4	3	3	4	2	51	85	45	45
Construção do novo Fórum da Comarca de Itapajé, mediante o regime de empreitada por preço global. (CT-038/2017)						4	3	2	4	2	48	80	45	90
Reformas parciais de 02 (duas) Residências Oficiais de Juizes destinadas ao funcionamento do Fórum da Comarca de Santa Quitéria (CT-007/2017)						4	2	1	3	2	39	65	45	135
Reforma parcial com ampliação do Fórum da Comarca de Itaitinga. (CT-018/2017)						4	3	1	3	2	43	72	45	180
Remoção de esquadrias e fornecimento e instalação de grades e brises no Fórum Clóvis Beviláqua. (CT-051/2018)						4	2	1	3	2	39	65	45	225
Adequação parcial do Fórum de Quixadá (CT-043/2017)						4	2	1	3	2	39	65	45	270
Adequação parcial do Fórum de Juazeiro do Norte (CT-034/2017)						4	2	1	3	2	39	65	45	315
Adequação parcial do Fórum de Sobral (CT-044/2017)						4	2	1	3	2	39	65	45	360
Complementação da obra de reforma e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça. (CT-003/2017)						1	3	1	3	2	28	47	45	405
Reforma de adequação de edifício para instalação do Fórum de Iracema. (CT-032/2017)						1	3	1	3	2	28	47	45	450
Reforma parcial do Fórum da Comarca de Aracoiaba. (CT-011/2017)						1	3	1	3	2	28	47	45	495



 ESTADO DO CEARÁ PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA Auditoria Administrativa de Controle Interno ANEXO V – Atividades Sistemáticas			
Atividades Sistemáticas			
a) Suprimento de Fundos			
Pontos a serem Monitorados	Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
Regularidade da Prestação de Contas	SEFIN/ Concessionário	Examinar a realização das despesas	Documentos comprobatórios da realização das despesas
b) Execução Orçamentária			
Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
PPA / LDO/LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidas	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira das Receitas	SEFIN	Acompanhar o ingresso das receitas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com o ingresso de recursos
Execução Orçamentária e Financeira das Despesas	SEFIN	Acompanhar a realização das despesas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária de Restos a Pagar	SEFIN	Acompanhar a inscrição e pagamento de RP	Dados produzidos pelo DEFIN
Alterações Orçamentárias	SEFIN	Acompanhar as Alterações orçamentárias	Dados produzidos pelo DEFIN
c) Gestão Fiscal			
Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira dos gastos de pessoal	SEFIN	Acompanhar o registro dos gastos	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária e Financeira do repasse dos recursos pelo Tesouro	SEFIN	Acompanhar o repasse dos recursos pela SEFAZ	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas
d) Prestação de Contas Anual			
Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira	SEFIN	Analisar os registros contábeis	Demonstrativos extraídos do SIC
Evolução Patrimonial	SEFIN	Analisar as contas patrimoniais	Demonstrativos extraídos do SIC e emitidos pelas Unidades Gestoras
Relatório de Gestão	SEPLAG	Analisar a conformidade das Informações	Relatório e demonstrativos
Processo de Prestação de Contas	SEFIN	Avaliar a regularidade das peças processuais	IN TCE e Lei Nº 12.509